

Debate sobre fluxos migratórios decorrentes da instabilidade: âmbito e papel da política externa da UE

04 de Abril 2011

O relatório Provera não podia vir em tempo mais interpelante. A Tunísia e o Egipto, países em tremendas dificuldades económicas, abriram já as portas aos mais de 400 mil refugiados da Líbia. Enquanto isso, os governos Europeus assobiam para o ar e ignoram as 20 mil pessoas que se amontoam em Lampedusa em condições infra-humanas.

As revoltas no Norte de África tornaram ainda mais premente que os Estados Membros da União Europeia cumpram as suas obrigações humanitárias de acolhimento de refugiados e também que redefinam uma política de migrações que se baseie na solidariedade e noutros fundamentais valores e princípios da União Europeia.

As políticas de "portas fechadas e retornos forçados" utilizadas nos últimos anos por alguns Estados Membros bilateralmente com vizinhos Mediterrânicos poderão ter impedido alguns migrantes de chegarem à Europa, através de controlos apertados nos portos do Norte de África, patrulhas no Mediterrâneo, até métodos brutais de choques eléctricos, mas isso foi feito a um custo escandalosamente alto: os direitos dos migrantes e dos refugiados, forçadamente devolvidos a regimes como os de Khadaffi.

A emergência actual impõe a adopção de um sistema de asilo comum, com responsabilidades partilhadas, que incluam um mecanismo de protecção temporária e muito mais oferta de reinstalação. Precisamos de uma nova estratégia para as migrações, que tome em conta as causas na origem das migrações: pobreza, discriminação, conflito e repressão política, entre outras. Sem isso, os traficantes conseguirão sempre encontrar rotas alternativas, por isso a promoção dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento sustentável tem de tornar-se verdadeira prioridade estratégica na política externa da União Europeia e nos programas de desenvolvimento para o Mediterrâneo e para além dele.